
Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso

Ruth Amossy

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências lingüísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. Que a maneira de dizer induz a uma imagem que facilita, ou mesmo condiciona a boa realização do projeto, é algo que ninguém pode ignorar sem arcar com as conseqüências. As entrevistas que determinam a escolha de um candidato para um cargo, os comícios eleitorais, as relações de sedução, todas as declarações em que a imagem do locutor implica riscos concretos, vêm nos lembrar desse fato. A apresentação de si não se limita a uma técnica apreendida, a um artifício: ela se efetua, freqüentemente, à revelia dos parceiros, nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais. Parte central do debate público ou da negociação comercial, ela também participa dos

diálogos entre professor e alunos, das reuniões de condôminos, da conversa entre amigos, da relação amorosa.

Os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório. Lembrando os componentes da antiga retórica, Roland Barthes define o ethos como “os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: é o seu *jeito* [...]. O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo”.¹ O autor retoma assim as idéias de Aristóteles, que afirmava em sua *Retórica*: “É [...] ao caráter moral que o discurso deve, eu diria, quase todo seu poder de persuasão”.

Privilegiando o emprego do enunciado em situação e a força da palavra, as diferentes correntes da Análise do Discurso e da Pragmática hoje reencontram a Retórica definida como a arte de persuadir. À maneira de Aristóteles, procuram compreender e explicar como o discurso se torna eficaz. Descrevem usos verbais e modalidades de interação dos quais se extrai uma regulamentação; dedicam-se a construir modelos. Acerca da concepção pragmática da linguagem como ação ou interação dotada de poder próprio, Dominique Maingueneau observa laconicamente: ela “veio, de certa maneira, substituir a *retórica* tradicional”.² Ela vem reativar um domínio fecundo ou dedicar-se a um trabalho de reconceitualização, que visa a substituir os modelos de uma disciplina ultrapassada? O modo como as ciências da linguagem resgatam a retórica, mas às vezes também a abandonam, aparece nas reformulações e debates nos quais surge a noção de ethos.

A lingüística da enunciação e a inscrição do locutor no discurso

A construção de uma imagem de si, peça principal da máquina retórica, está fortemente ligada à enunciação, colocada no centro da análise lingüística pelos trabalhos de Émile Benveniste. Efetivamente,

o ato de produzir um enunciado remete necessariamente ao locutor que mobiliza a língua, que a faz funcionar ao utilizá-la. Também é importante examinar a inscrição do locutor e a construção da subjetividade na língua. Continuando esses trabalhos Catherine Kerbrat-Orecchioni examinou os “*procedimentos lingüísticos*” (*shifters, modalizadores, termos avaliativos etc.*) pelos quais o locutor imprime sua marca no enunciado, se inscreve na mensagem (implícita ou explicitamente) e se situa em relação a ele (problema da distância enunciativa).³ Se a autora se coloca no interior de uma lingüística da enunciação que privilegia o parâmetro do locutor, ela não visa menos à interdependência dos parceiros da *interlocução* e assim permanece fiel ao projeto de Benveniste, que havia introduzido a noção de “*quadro figurativo*”. O autor entendia dessa maneira que a enunciação, “como forma de discurso, [...] instaura duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma origem e outra destino da enunciação”.⁴ De fato, a enunciação é por definição alocação; de uma forma explícita ou implícita, “ela postula um alocutário”⁵ e conseqüentemente estabelece uma “relação discursiva com o parceiro”⁶ que coloca as figuras do locutor e do alocutário em relação de dependência mútua.

A construção especular da imagem dos interlocutores aparece igualmente na obra de Michel Pêcheux,⁷ para quem A e B, nas duas pontas da cadeia de comunicação, fazem uma imagem um do outro: o emissor A faz uma imagem de si mesmo e de seu interlocutor B; reciprocamente, o receptor B faz uma imagem do emissor A e de si mesmo. Retomando esse princípio, Kerbrat-Orecchioni sugere incorporar “na competência cultural dos dois parceiros da comunicação [...] a imagem que eles fazem de si mesmos, do outro e a que imaginam que o outro faz deles”.⁸ Não podemos expor mais claramente o jogo de espelhos que funda o quadro figurativo. Entretanto, nesse estágio de sua reflexão, Kerbrat-Orecchioni vê nesse processo apenas a marca das competências não-lingüísticas (ditas “culturais”) dos interlocutores, compreendidas nos dados situacionais que compõem o universo do discurso.

Perspectivas interacionais: de Erving Goffman à análise conversacional

É à pragmática ampliada que caberá desenvolver a questão da imagem de si no discurso, principalmente em razão de seu interesse pelas modalidades segundo as quais o locutor age sobre seu parceiro na troca verbal. Na realidade, passamos da interlocução à interação. “Falar é trocar, é mudar trocando”: “ao longo de uma troca comunicativa qualquer, os diferentes participantes, que passamos a chamar ‘*interactantes*’, exercem uns sobre os outros uma rede de *influências mútuas*”.⁹ A função da imagem de si e do outro construída no discurso se manifesta plenamente nessa perspectiva interacional. Dizer que os participantes interagem é supor que a imagem de si construída no e pelo discurso participa da influência que exercem um sobre o outro.

A produção de uma imagem de si nas interações começou a receber mais atenção a começar pelos trabalhos do sociólogo Erving Goffman, cujas pesquisas sobre a apresentação de si e os ritos de interação exerceram profunda influência na análise das conversações. Goffman mostra que toda interação social, definida como “a influência recíproca que os parceiros exercem sobre suas ações respectivas quando estão em presença física uns dos outros”,¹⁰ exige que os atores forneçam, por seu comportamento voluntário ou involuntário, certa impressão de si mesmos que contribui para influenciar seus parceiros do modo desejado. Adotando a metáfora teatral, Goffman fala de *representação*, que para ele é “a totalidade da atividade de determinado indivíduo, em dada ocasião, realizada com o objetivo de influenciar de certa maneira um dos participantes”. O autor fala também de *papel (cota)* ou de *rotina*, definidos como “o modelo de ação preestabelecido desenvolvido durante uma representação e que se pode apresentar ou utilizar em outras ocasiões”.¹¹ Essas rotinas constituem modelos de comportamento preestabelecidos que o diretor de uma empresa adota

em uma reunião com os empregados, que o juiz aplica em uma seção do tribunal, que a enfermeira segue nos contatos com um doente, que o pai emprega durante uma refeição em família... Indissociável da influência mútua que os parceiros desejam exercer uns sobre os outros, a apresentação de si é tributária dos papéis sociais e dos dados situacionais. Uma vez que é inerente a toda troca verbal e submetida a uma regulamentação sociocultural, ela supera largamente a intencionalidade do sujeito que fala e age.

Essas noções são completadas em *Os ritos de interação*¹² pelo conceito de face, definida como “o valor social positivo que dado indivíduo efetivamente reivindica por meio da linha de ação que os outros supõem que ele adotou durante um contato particular”. A face é uma imagem do eu “delineada segundo certos atributos sociais aprovados e, apesar disso, partilháveis, uma vez que podemos, por exemplo, causar uma boa imagem de nossa profissão ou de nossa fé quando causamos uma boa imagem de nós mesmos”.¹³ Kerbrat-Orecchioni redefine sucintamente a noção goffmaniana de face como “o conjunto das imagens valorizantes que, durante a interação, tentamos construir de nós mesmos e impor aos outros”.¹⁴ O essencial aqui é o *face-work*, ou figuração, a saber, “tudo o que uma pessoa executa para que suas ações não a façam perder a face para ninguém – aí incluída ela própria”.¹⁵ Nessa ótica, Goffman elabora uma psicossociologia centrada no trabalho, que consiste em restabelecer o equilíbrio em uma interação conversacional por táticas evasivas ou de reparação, por exemplo. As perspectivas abertas pelo autor em seu estudo dos comportamentos na vida cotidiana foram retomadas pela descrição das trocas verbais, na qual elas permitem destacar que “as interações jogam, antes de mais nada, com relações interpessoais, ritualizadas socialmente”.¹⁶ Kerbrat-Orecchioni menciona o caso em que o locutor é confrontado a exigências conflitantes, como ocorre no momento em que um conferencista hesita entre passar por pedante ao pronunciar corretamente uma palavra estrangeira e parecer incompetente se sua pronúncia

for ruim. A autora estuda a saudação usada pelo locutor que, ao esforçar-se para agradar o outro, dá de si uma imagem positiva: por exemplo, a de alguém respeitoso ou elegante. Em síntese, Kerbrat-Orecchioni retoma o princípio de gerenciamento de faces para mostrar como ele governa, na língua, os fatos estruturais e as formas convencionais. A análise conversacional une, assim, o estudo dos fenômenos de língua propriamente ditos (morfemas especializados, tipos de modalizadores, enclaves de pessoas: *agente* ou *nós* por *eue* e *você* etc.) às interações no interior das quais a imagem que o locutor constrói de si e do outro é capital.

Enunciação e *ethos* na semântica pragmática de Ducrot

Notemos que nem Benveniste, nem Goffman, nem Kerbrat-Orecchioni fizeram uso do termo *ethos*. A integração desse termo às ciências da linguagem encontra uma primeira expressão na teoria polifônica da enunciação de Oswald Ducrot,¹⁷ ou seja, em uma pragmática semântica. Ao designar por enunciação a aparição de um enunciado, e não o ato de alguém que o produz, Ducrot evita relacioná-lo preliminarmente a uma fonte localizada, a um sujeito falante.¹⁸ É o próprio enunciado que fornece as instruções sobre “o(s) autor(es) eventual(ais) da enunciação”.¹⁹ Também é importante não confundir as instâncias internas do discurso, que são ficções discursivas, com o ser empírico que se situa fora da linguagem. A pragmático-semântica abandona o sujeito falante real para se interessar pela instância discursiva do locutor, mas o faz colocando radicalmente em xeque sua unicidade. Ela diferencia o locutor (L) do enunciador (E) que é a origem das posições expressas pelo discurso e é responsável por ele; ela divide o locutor em “L”, ficção discursiva, e em “λ”, ser do mundo, aquele de quem se fala (“eu” como sujeito da enunciação e “eu” como sujeito do enunciado).

Analisar o locutor *L* no discurso consiste não em ver o que ele diz de si mesmo, mas em conhecer a aparência que lhe conferem as modalidades de sua fala. É nesse ponto preciso que Ducrot recorre à noção de *ethos*: “O *ethos* está ligado a *L*, o locutor como tal: é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável”;²⁰ (passagem lembrada diversas vezes nesta obra).

Não é por acaso, ao que parece, que a noção de *ethos* é mobilizada pela concepção de enunciação da pragma-semântica. Trata-se, na verdade, de uma teoria que enfatiza a fala como ação que visa a influenciar o parceiro. Ela se liga a uma teoria da argumentação na língua exposta em uma obra de Anscombe e Ducrot, de 1983, cujo último capítulo apresenta uma sessão intitulada *Argumentação e Polifonia*. É o interesse pelo discurso em ato e por sua eficácia no interior de um questionamento sobre o sentido que parece explicar o recurso à retórica – citada, é preciso observar, apenas a título de analogia. Para esclarecer seus objetivos, Ducrot se refere ao artigo de Michael Le Guern sobre a retórica clássica e o *ethos*, também denominado “caracteres oratórios”. Ele menciona Aristóteles – como fará algumas páginas adiante com a poética de Genette – para fornecer um equivalente de suas próprias categorizações em outra disciplina. De fato, a argumentação dos retóricos, interessados por certos usos argumentativos do discurso e pelas técnicas discursivas que visam a persuadir, tem apenas uma relação longínqua com a pragma-semântica, que considera que a argumentação, definida como a lógica dos encadeamentos de enunciados, está inscrita na língua.

O recurso à noção de *ethos* para designar a imagem do locutor como ser do discurso não é menos interessante uma vez que é efetivamente bastante próximo da concepção aristotélica, e constitui um ponto de encontro fecundo entre duas teorias divergentes da argumentação. No entanto, Ducrot não desenvolveu sua reflexão sobre o *ethos*.

O *ethos* na análise do discurso de Dominique Maingueneau

A elaboração dessa noção como construção de uma imagem de si no discurso é pesquisada nos trabalhos de pragmática e de análise do discurso de Dominique Maingueneau. Em *Genèses du discours*²¹ foi inicialmente apresentada uma “semântica global” que tenta inserir em um modelo integrativo as diversas dimensões do discurso e reservar entre elas um lugar determinante para a enunciação e para o enunciador. Na verdade, o enunciador deve se conferir, e conferir a seu destinatário, certo *status* para legitimar seu dizer: ele se outorga no discurso uma posição institucional e marca sua relação com um saber.

Ao mesmo tempo, ele mostra certa maneira de dizer, um *modo de enunciação*. De *L'Analyse du discours*²² a *O contexto da obra literária*,²³ e até a *Análise de textos de comunicação*,²⁴ a noção de *ethos* se desenvolveu de forma articulada à de cena de enunciação. Se cada tipo de discurso comporta uma distribuição preestabelecida de papéis, o locutor pode escolher mais ou menos livremente sua *cenografia*. No discurso político, por exemplo, o candidato de um partido pode falar a seus eleitores como homem do povo, como homem experiente, como tecnocrata etc. É nesse contexto que a noção de *ethos* adquire, para Maingueneau, toda sua importância. O autor a relaciona à noção de *tom*, que substitui com vantagens a de voz, à medida que remete tanto à escrita quanto à fala. Por sua vez, o tom se apóia sobre uma “dupla figura do enunciador, a de um *caráter* e de uma *corporalidade*”.²⁵

No conjunto, vê-se que a análise do discurso segundo Maingueneau retoma as noções de quadro figurativo apresentadas por Benveniste e de *ethos*, proposta por Ducrot, dando-lhes uma expansão significativa. A maneira de dizer autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si e, na medida que o locutário se vê obrigado a depreendê-la a partir de diversos índices discursivos, ela contribui para o estabelecimento

de uma inter-relação entre o locutor e seu parceiro. Participando da eficácia da palavra, a imagem quer causar impacto e suscitar a adesão. Ao mesmo tempo, o *ethos* está ligado ao estatuto do locutor e à questão de sua legitimidade, ou melhor, ao processo de sua legitimação pela fala. A noção de *ethos* estabelecida pela análise do discurso encontra, assim, a sociologia dos campos, mas privilegia “o imbricamento de um discurso e de uma instituição”,²⁶ ou seja, recusando a concepção de uma sociologia externa. Ela também encontra a retórica a partir da qual Maingueneau retoma a idéia de discurso eficaz, recusando-se totalmente a considerá-lo uma “coleção de procedimentos a serviço de um conteúdo que procura encontrar uma forma”.²⁷

A herança retórica

Pode-se perguntar em que medida os especialistas contemporâneos em retórica re-elaboraram em seu próprio domínio a noção de *ethos*, cuja herança é hoje reivindicada pela pragmática. A reflexão sobre a argumentação e a análise retórica dos textos se unem atualmente às perspectivas abertas pela análise do discurso, são complementares a elas ou, ao contrário, seguem caminhos divergentes?

Sabemos que a história da disciplina não se furtou a comentar abundantemente a trilogia aristotélica do *logos*, do *ethos* e do *pathos*. Dedicamo-nos essencialmente às glosas dos conceitos de Aristóteles e também ao estudo das modificações a que eles foram submetidos pelos textos de Cícero e de Quintiliano.²⁸ Um dos pontos que sobressaem dessa confrontação toca de perto nosso objeto. Trata-se, de fato, de saber se o *ethos* é, como pretendia Aristóteles, a imagem de si construída no discurso ou, como entendiam os romanos, um dado preexistente que se apóia na autoridade individual e institucional do orador (a reputação de sua família, seu estatuto social, o que se sabe de seu modo de vida etc.). Na arte oratória romana, inspirada mais em Isócrates

(436-338 a.C.) que em Aristóteles, o *ethos* pertence à esfera do caráter. Segundo Quintiliano, o argumento exposto pela vida de um homem tem mais peso que suas palavras. E Cícero define o bom orador como o *vir boni dicendi peritus*, um homem que une ao caráter moral a capacidade de bem manejar o verbo.

Compreendemos por que a noção de *ethos* é retomada nos manuais de retórica da idade clássica sob a denominação de “caracteres oratórios”, esclarecida por estudos como os de Aron Kibédi-Varga²⁹ e de Michel Le Guern.³⁰ A questão da autoridade moral ligada à pessoa do orador se recoloca: em um primeiro sentido, trata-se realmente dos seus caracteres reais. Assim, Bourdaloue afirma que “1. o orador *convencerá* por *argumentos*, se, para *bem dizer*, ele começar por *pensar bem*. 2. Ele *agradará* pelos seus *modos*, se, para, *pensar bem*, ele começar por *bem viver*”.³¹ Bernard Lamy fala das qualidades que devem possuir aqueles que querem ganhar os espíritos. No entanto, Le Guern retoma as teorias desenvolvidas pelas retóricas de Gibert, de Crevier e de outros, para mostrar que a questão da moralidade não elidia nos clássicos a idéia de uma construção do orador pelo seu discurso. É o sentido dos “caracteres oratórios” ou imagem produzida pelo discurso, a ser distinguido dos caracteres reais.

Distinguímos caracteres oratórios de caracteres reais. Isso não apresenta dificuldades, pois, quer alguém efetivamente honesto, quer seja piedoso, religioso, modesto, justo, fácil no convívio com o mundo, ou, ao contrário, quer seja corrompido, [...], aqui está o que chamamos caracteres reais. Mas um homem **parecer** isso ou aquilo **pelo** discurso, isso se chama *caracteres oratórios*, quer ele seja tal como pareça ser, quer pareça mesmo sem o ser. Pois pode-se mostrar algo sem sê-lo; e pode-se não parecer tal, e ainda assim o ser; pois isso depende da *maneira como se fala*.³²

A preocupação com a moral impede a dissociação clara dos dois planos assim distinguidos. Gibert nota que os caracteres “marcados e

difundidos na maneira como se fala fazem que o discurso seja como que um espelho que reflete o orador...”³³ Le Guern conclui de seu percurso pelos manuais clássicos que a eficácia do discurso deriva claramente dos caracteres oratórios e não dos caracteres reais. É interessante notar que ele se refere aos trabalhos de Kerbrat-Orecchioni sobre a subjetividade para assinalar a que ponto o estudo das marcas discursivas do locutor convida a uma análise do *ethos* definido como a construção de uma imagem de si correspondente à finalidade do discurso.

○ *ethos* nas teorias da argumentação contemporâneas

A história da retórica conduz, assim, a um conjunto de considerações que coincidem com as preocupações atuais da pragmática, como bem o mostra o sistema constante de remissões de uma disciplina a outra. Além das considerações históricas, uma atualização da noção de *ethos* como instrumento de análise é encontrada em teóricos contemporâneos da argumentação. Inicialmente em Chaïm Perelman, autor que em nossa época inovou o estudo da retórica ao mostrar o lugar central, em diversas disciplinas (do direito à filosofia, passando pela literatura) da arte de persuadir, ou o conjunto dos meios verbais destinados a obter ou reforçar a adesão do auditório às teses submetidas a seu assentimento. Do aporte magistral dessa “nova retórica”, discutida em diversas contribuições deste volume (em particular por Jean-Michel Adam e Ruth Amossy), retomaremos somente a necessidade que tem o orador de se adaptar a seu auditório, portanto, de fazer uma imagem dele e, correlativamente, de construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem. Esse dinamismo realça a construção de uma imagem de si no discurso, à qual, entretanto, Perelman reserva um lugar limitado em sua obra.

A reunião dos estudos argumentativos e da teoria dos atos da linguagem de Austin e de Searle, ausente em Perelman, é realizada no trabalho precursor de Marc Angenot sobre *La Parole pamphlétaire*,³⁴ em que o autor estuda “a imagem do enunciador” em um gênero de discurso. O panfleto é definido em termos de ato pelo qual o enunciador “se engaja, se coloca como fiador do que constata e procura influenciar o auditório”.³⁵ O panfleto distingue-se pela forte presença do enunciador no discurso, por um “eu performativo”. A “consciência” que habita o discurso panfletário se inscreve em um conjunto de traços morfo-semânticos e no sistema doxológico de que o “eu” se apropria (os enunciados dóxicos se tornam suas opiniões). Mas essa onipresença do ego é também marcada por uma temática que desenha a imagem-tipo do panfletário: uma imagem de si tão genérica que acaba se tornando mais pessoal. O panfletário apresenta-se como marginal que se autoneomeia (ele se exclui do sistema institucional), como homem que não possui nenhuma competência particular fora do poder da verdade que ele assume por necessidade interior, como solitário dotado de coragem intelectual, como homem do pathos e da indignação. Ele é uma voz que clama no deserto, pois ao mesmo tempo se dirige a todos e a ninguém: avança frente a frente com a incompreensão jogando, contudo, sua garrafa ao mar. Angenot destaca aqui, como faz Maingueneau mais adiante, as regularidades que definem um gênero de discurso como tal. A partir daí, torna-se evidente que a imagem de si do panfletário é diversamente modulada em cada texto.

Retórica e teoria da narrativa

Uma teoria do ethos, fundada na união entre a retórica e a narratologia, foi igualmente desenvolvida pelo canadense Albert W. Halsall³⁶ para a “narrativa pragmática”. Ela se funda no exame da concepção aristotélica de autoridade aplicada a uma questão freqüentemente debatida na poética da narrativa: a da credibilidade do narrador. A escola americana do “ponto

de vista”, iniciada por Percy Lubbock, a narratologia de Käte Hamburger e de Doritt Cohn, as taxionomias de Gérard Genette e de Mieke Bal fornecem noções (como a voz e o modo narrativos, a focalização) e as distinções (entre autor/narrador/personagem, e também entre diferentes tipos de narradores) que permitem estudar a questão da imagem do locutor no quadro específico da narração. Halsall combina esses dados com os fornecidos não só pela *Retórica*, mas também pela *Poética* de Aristóteles, para ver como e em que condições o enunciador parece confiável aos olhos do leitor. Ao fazê-lo, Halsall reformula a problemática do “narrador digno de confiança” em termos greimasianos de “contrato fiduciário”. Toda comunicação está fundada em uma confiança mínima entre os protagonistas, e cabe a uma retórica narrativa, segundo o autor, determinar como “a enunciação contribui para criar, no enunciatário, uma relação de confiança fundada na autoridade que o enunciador deve se conferir caso deseje convencer”.³⁷

O interesse pela narrativa provém, segundo Halsall, da complexidade e, freqüentemente, da ambigüidade produzidas pelas perspectivas narrativas. De fato, o ponto de vista e a voz do personagem não remetem necessariamente aos do narrador homo ou heterodiegético. A autoridade acordada a um ou a outro não é natural e deve ser negociada. As diferentes possibilidades são o apanágio do narrador que se mantém fora da diegese (ele pode se dirigir diretamente ao leitor virtual, por exemplo) e do narrador intradiegético (ele pode utilizar as figuras do logos para se justificar). Entretanto, a narrativa pode apresentar um narrador que se engana ou que gostaria de enganar, oferecendo, assim, numerosos casos de indefinição acerca da confiabilidade do enunciador e, conseqüentemente, do sentido do enunciado. A narrativa pragmática que visa a persuadir tende a reduzir ao máximo as ambigüidades que impedem os eleitores de chegarem a um consenso.

Nessa ótica, Halsall examina as diferentes figuras que a retórica coloca à disposição da narração para assegurar a autoridade do narrador. O autor as divide, seguindo Aristóteles, em dois grupos: o dos argumentos exteriores,

provenientes de testemunhos, e o dos argumentos internos ao discurso. Na primeira categoria, ele agrupa o apelo aos princípios atestados, ou *apodeixis* (a nota aforística), o *provérbio* ou a *sentença*, o apelo à própria experiência ou *martyria*, as figuras de apelo intertextual que mobilizam uma autoridade exterior etc. A segunda categoria compreende o panegírico dos ouvintes (*comprobatio*), a declaração de boas intenções (*eucharistie*) etc. Outras figuras pertencem ao *pathos* a simulação de submissão (*philophronèse*) e o *eulogie* ou bênção. A autoridade do narrador depende de sua maneira de manipular essas figuras e de adaptá-las às estratégias narrativas. Halsall o demonstra em diversas narrativas literárias, entre as quais *O último dia de um condenado*, de Victor Hugo.³⁸

Outro tipo de análise do ethos na narrativa ficcional nutre-se igualmente da poética da narrativa, mas o autor se propõe a relacioná-lo à noção de dispositivo enunciativo e de interação argumentativa. As noções elaboradas pela narratologia são percebidas no quadro de uma dinâmica discursiva em que as figuras do locutor interagem com as do alocutário. A questão do ethos não se limita à autoridade e à confiabilidade desse ou daquele enunciador. Trata-se antes de mostrar como a narrativa ficcional pode sobrepor diferentes níveis de interação que não se recobrem necessariamente. De fato, ele apresenta narradores e personagens que constroem cada qual uma imagem de si não só para seu(s) alocutário(s) ficcional(is), mas também para o leitor suposto. Esse tipo de análise é ilustrado pelos estudos recentes de Ruth Amossy sobre “La lettre d’amour: du réel au fictionnel”,³⁹ e “L’interaction argumentative dans le discours littéraire, de la littérature d’idées au récit de fiction”.⁴⁰

Novas perspectivas sobre o *ethos*: os “estudos culturais”

É interessante constatar que uma tentativa de retomar e reinterpretar a noção retórica de ethos na perspectiva dos *Cultural Studies* foi realizada ainda há poucos anos nos Estados Unidos. Em seu *Ethos: New Essays*

in Rhetorical and Critical Theory,⁴¹ J. S. e T. F. Baumlim reuniram uma série de contribuições que exploram as diferentes concepções retóricas do *ethos*, tentando repensá-las à luz das teorias contemporâneas do sujeito. Partindo da constatação de que a natureza do eu e de suas representações na linguagem foram radicalmente questionadas pelas teorias oriundas da psicanálise, do pensamento marxista ou da desconstrução, esses trabalhos se propõem a redefinir o *ethos* e os desafios impostos pelas perspectivas pós-modernistas. Sua reflexão está ligada a um questionamento das noções de sujeito, de ideologia, de escritura e valoriza o objetivo de eficácia da retórica: trata-se de ver como pode se instaurar um *ethos* discursivo que contribua para constituir uma fala de mulher ou, ainda, a de um “subalterno” (segundo o termo de Spivak *Can the Subaltern Speak*, 1988). A construção de um *ethos* discursivo é, assim, privilegiada, uma vez que é indissociável de um posicionamento político. Os adeptos dos *Cultural Studies* situam uma noção tomada da retórica antiga no centro dos problemas do gênero (*gender*) e da etnicidade, dos quais se nutrem atualmente os estudos culturais e literários na América do Norte.

Ao redor do *ethos*: o diálogo das disciplinas

É em uma perspectiva bem diferente que se situa a presente obra, que busca refletir sobre a noção de *ethos* como construção de uma imagem de si no discurso ao fazer dialogar especialistas em retórica, em filosofia analítica e em pragmática, sem deixar de relacioná-los à sociologia da literatura e à narratologia.

A primeira sessão examina a retórica e a pragmática em função do tratamento que ambas conferem à noção aristotélica de *ethos*, indissolivelmente ligada ao *logos* e ao *pathos*. Eminentemente especialista em Aristóteles, cuja contribuição analisa longamente em *Die Rhetorik des*

*Aristoteles*⁴² e em *Grammaire du discours argumentatif*,⁴³ Ekkehard Eggs reinterpreta a noção de ethos destacando sua dupla dimensão, ao mesmo tempo moral e estratégica. A primeira compreende as virtudes diretamente relacionadas à noção de honestidade, a segunda diz respeito aos hábitos e costumes e consiste em se exprimir de maneira apropriada. Segundo Aristóteles, é a conjunção desses dois aspectos que permite convencer pelo discurso. Para Eggs, essa é uma das maiores contribuições da reflexão do filósofo, cuja ausência se faz sentir nos trabalhos dos pragmáticos mais variados. A proposta de Marcelo Dascal responde simetricamente a esse estudo da contribuição da retórica às ciências da linguagem, ao sugerir um “casamento” entre as duas disciplinas para que, se necessário, a pragmática possa completar e enriquecer a retórica. Habitado à filosofia analítica, Dascal mostra que “a prova pelo ethos” se funda em processos inferenciais que não diferem significativamente “dos processos pragmáticos normais de interpretação de enunciados”.

Em um segundo momento, é a reelaboração da noção de ethos na pragmática e na análise do discurso que ocupa o centro da cena. Dominique Maingueneau retoma e refina as categorias de cena e de cenografia que introduzira em seus trabalhos precedentes para fazer o levantamento de como o ethos aparece não apenas no discurso argumentativo, mas em toda troca verbal. Ele ilustra o caráter central do ethos com exemplos extraídos tanto de São Francisco de Sales e de Pascal quanto da publicidade e do discurso jornalístico. Jean-Michel Adam, que até este momento havia utilizado a noção de ethos apenas de forma indireta em seus trabalhos de lingüística textual⁴⁴ e de análise argumentativa,⁴⁵ agora a integra plenamente em sua reflexão teórica. Ele se situa no entroncamento do campo lingüístico da análise do discurso e da teoria da argumentação, ao tomar emprestado um conceito-chave de Jean-Blaise Grize. Líder da escola de Neuchâtel, Grize desenvolve uma perspectiva sobre a argumentação fundada na lógica natural, no interior da qual propõe a noção de “esquematização”.

Um esquema constitui uma representação discursiva por definição parcial e seletiva de uma realidade construída pelo discurso; a esquematização se refere tanto a atividades de construção (a enunciação) quanto ao resultado (o enunciado). Mediante essa noção, Jean-Michel Adam propõe uma análise pragmática dos conectores argumentativos, dos atos de discurso e da performatividade, das marcas pessoais do orador, que permite estudar o *ethos* em suas relações de troca com o *logos* e o *pathos*, nos discursos pronunciados em 17 e 18 de junho de 1940, pelo marechal Pétain e pelo general De Gaulle.

Ruth Amossy, por sua vez, procura articular a teoria da argumentação e a análise do discurso ao transferir para o plano da análise lingüística os modelos propostos por Perelman. Em uma perspectiva que remete mais aos trabalhos de Kerbrat-Orecchioni e de Plantin sobre as interações que à corrente lógica e cognitivista, a autora introduz na análise do *ethos* a noção de estereótipo, desenvolvida em seus trabalhos anteriores.⁴⁶ Essa reflexão, que considera a construção de uma imagem de si em sua relação com a representação coletiva cristalizada e com a atividade de estereotipagem, vai ao encontro da de Adam e oferece, por seu turno, uma contribuição à análise do discurso político a partir de exemplos extraídos de discursos “pacifistas” de Jean-Marie Le Pen e de Jean Giono. A possibilidade de aliar análise argumentativa e pragmática encontra outra ilustração no estudo que Galit Haddad dedica ao discurso pacifista de Romain Rolland, *Au-dessus de la mêlée*.⁴⁷ O recurso à noção de estereótipo, de um lado, e à noção de posição no campo intelectual, tomada de Bourdieu, de outro, permite destacar uma dimensão importante do *ethos*, pouco estudada até agora, chamada *ethos* prévio: é a imagem que o auditório faz do locutor no momento em que este toma a palavra.

As análises do discurso praticadas por Maingueneau, Amossy e Haddad indicam por vias diversas a necessidade de considerar a posição do locutor como ser empírico no campo em que ele se situa (político, intelectual, literário ou outro).

Essa dimensão sociológica remete aos trabalhos de Pierre Bourdieu, que propôs uma reinterpretação da noção de ethos no quadro do conceito de *habitus* (conjunto de disposições duráveis adquiridas pelo indivíduo durante o processo de socialização). Como componente do *habitus*, o ethos designa em Bourdieu o conjunto de princípios interiorizados que guiam nossa conduta de forma inconsciente; a *hêxis* corporal refere-se a posturas, a relações com o corpo, igualmente interiorizadas. Uma articulação entre a análise do discurso e a sociologia dos campos, relativa à noção de ethos, parece se impor aqui. Ela foi iniciada por Alain Viala que, por meio de uma sociopoética de Le Clézio,⁴⁸ procurou levar em conta ao mesmo tempo a posição do escritor no campo literário e o dispositivo de enunciação interior ao texto. Viala retoma aqui sua reflexão sobre a noção de ethos a partir do exemplo da literatura galante, insistindo, desta vez, na noção de adesão. Fiel ao conceito de *habitus*, ele considera que o ethos permite a adesão aos valores comungados por um grupo social dominante, que os faz passar por indiscutíveis. Como integrar o ethos retórico ou pragmático, que se funda na eficácia da palavra, e o ethos tal como o concebe a sociologia dos campos? Quais são os desafios e as eventuais armadilhas dessa perspectiva? É o que explora o artigo de Amossy, ao retornar às teses da retórica (Perelman, Eggs), de uma análise do discurso que considera os dados institucionais (Maingueneau), e de uma sociologia da literatura inspirada em Bourdieu (Viala).

Como epílogo, desejamos incluir um trecho de uma obra de Meir Sternberg sobre *La poétique de la Bible* que permite abrir perspectivas em direção ao estudo de textos narrativos. A partir de uma questão inesperada, a da autoridade que o discurso bíblico confere ao narrador em relação àquele que ele atribui a Deus, Sternberg estuda as perspectivas da narrativa bíblica em termos de influência sobre o leitor. Esse texto, que encontra por outra abordagem as preocupações de Halsall já evocadas, ilustra os benefícios de uma complementaridade entre a narratologia e o estudo do ethos.

Os estudos reunidos aqui prolongam e aprofundam uma reflexão produzida por ocasião do terceiro colóquio internacional Chaim Perelman sobre “Escrita de si e argumentação” na Universidade de Tel-Aviv.⁴⁹ Ao reelaborar um conceito tomado da retórica, procuram trazer uma contribuição às ciências da linguagem. Se esta obra não é a primeira a situar o conceito de *ethos* na reflexão contemporânea, ela se diferencia, contudo, da empreitada recentemente levada a cabo nos Estados Unidos em *Ethos: News Essays*, uma vez que procura elaborar ferramentas de análise que se encontram no cruzamento da teoria da argumentação com a pragmática.

(trad. D.F.C.)

Notas

- ¹ Barthes, 1970, p. 315.
- ² Maingueneau, 1996, p. 66.
- ³ Kerbrat-Orecchioni, 1980, p. 32.
- ⁴ Benveniste, 1974, p. 82.
- ⁵ Ibid.
- ⁶ Ibid., p. 85.
- ⁷ Pêcheux, 1969.
- ⁸ Kerbrat-Orecchioni, 1980, p. 20.
- ⁹ Ibid., 1990-1, p. 17.
- ¹⁰ Goffman, 1973, p. 23.
- ¹¹ Ibid.
- ¹² Goffman, 1974.
- ¹³ Ibid., p. 9.
- ¹⁴ Kerbrat-Orecchioni, 1989, p. 156.
- ¹⁵ Goffman, 1974, p. 15.
- ¹⁶ Kerbrat-Orecchioni, 1989, p. 171.
- ¹⁷ Ducrot, 1984.
- ¹⁸ Ducrot, 1984, p. 179.
- ¹⁹ Ibid., p. 193.
- ²⁰ Ibid., p. 201.

- ²¹ Maingueneau, 1984.
- ²² Maingueneau, 1976, edição revista em 1991.
- ²³ Maingueneau, Martins Fontes, 1995.
- ²⁴ Maingueneau, Cortez, 2001.
- ²⁵ Maingueneau, 1984, p. 100.
- ²⁶ *Ibid.*, p. 136.
- ²⁷ *Ibid.*, 1991, p. 187.
- ²⁸ Refiro-me aos trabalhos clássicos de Georges Kennedy, 1963 e 1972. Consultaremos também o trabalho de Wisse (1989) e a bibliografia de Baumlin & Baumlin (1994).
- ²⁹ Kibédi-Varga, 1970.
- ³⁰ Le Guern, 1977.
- ³¹ La Rhétorique de Bourdaloue, Paris, Belin, 1864, pp. 45-6; apud Kibédi-Varga, 1970, p. 21.
- ³² Gibert, p. 208. Apud Le Guern, 1977, p. 284.
- ³³ Apud Le Guern, 1977, p. 285.
- ³⁴ Angenot, 1980.
- ³⁵ *Ibid.*, p. 70.
- ³⁶ Halsall, 1988, 1995.
- ³⁷ Halsall, 1988, p. 244.
- ³⁸ Halsall, 1995.
- ³⁹ Amossy, 1998.
- ⁴⁰ Amossy, no prelo.
- ⁴¹ Baumlin e Baumlin, 1994.
- ⁴² Eggs, 1984.
- ⁴³ Eggs, 1994.
- ⁴⁴ Adam, 1984, 1990, 1993, 1994.
- ⁴⁵ Adam e Bonhomme, 1997.
- ⁴⁶ Amossy, 1991, 1997.
- ⁴⁷ Rolland, 1916.
- ⁴⁸ Viala, 1993.
- ⁴⁹ Agradecemos à Fundação Chaïm Perelman de Bruxelas o auxílio para a organização do colóquio que foi a origem da presente reflexão. Nossos agradecimentos dirigem-se igualmente à Universidade de Tel-Aviv e ao serviço cultural da Embaixada da França em Israel. Assinalamos que a vertente literária da abordagem da escrita de si será publicada em breve pela Presses Universitaires de Caen sob o título de *Écriture de soi*